



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS**

**ESTADO, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:  
CRÍTICA A UM PROCESSO INACABADO**

**JULIO CÉSAR SILVA DE OLIVEIRA**

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, da UFRRJ, Instituto Três de Três Rios, sob orientação do professor Joelson Gonçalves de Carvalho

Três Rios, RJ.

Dezembro de 2010.

Agradeço à mamãe Nilcimar, à Joelson pela força e à Luana pela paciência inesgotável.

## RESUMO

A dinâmica do modelo capitalista vigente, inerente ao cotidiano econômico, faz surgir, ainda, contradições básicas e próprias da característica do mesmo sistema. Os dogmáticos pregadores do livre mercado, os países desenvolvidos, se apropriam de algumas contradições emanadas pelo capital, face a diferentes organizações estruturais dos países em vias de desenvolvimento. Mais contraditório se torna quando as fundamentações que são prescrevidas aos periféricos faz aumentar o abismo de inserção econômica, relegando a segundo plano programas nacionais de desenvolvimento. Claro é constatado que há discrepâncias tamanhas entre a ação prática dos dominantes e o discurso para a alocação ótima de recursos – via mercado, preconizado por esses. A não interferência do setor público é prerrogativa básica da cartilha liberalista, contudo não foi e não é visualizada, ao contrário, o que se tornou determinante nos processos de industrialização e desenvolvimento das nações berçárias do regime capitalista foi a ação estatal decida. Talvez o mais necessário aos emergentes seja a aplicação das ditas “políticas ruins”, se utilizando de proteção à toda essa onda de quebra de barreiras e liberalizações de todas as formatações. A perspectiva histórica nos mostra o desenvolvimento do modelo, até se tornar amadurecido, porém a saciedade do capital – e por que não, dos capitalistas, desvincula-se de qualquer origem nacional, fazendo esse processo se tornar inacabado.

## Sumário

<b>Resumo</b> .....	<b>3</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>Capítulo 1</b> – Formação da economia capitalista e processos históricos de industrialização .....	<b>8</b>
1.1 – Formação da economia capitalista .....	<b>8</b>
1.2 – Capitalismo originário – o caso inglês .....	<b>13</b>
1.3 – Capitalismo atrasado – o caso americano .....	<b>17</b>
<b>Capítulo 2</b> – Estado, crise e hegemonia .....	<b>21</b>
2.1 – Novo papel do Estado: keynesiano .....	<b>21</b>
2.2 – Crise do modelo liberal .....	<b>24</b>
2.3 – Ciclos: retomada da hegemonia americana .....	<b>26</b>
<b>Capítulo 3</b> – O consenso de Washington .....	<b>31</b>
<b>Capítulo 4</b> – Contradições históricas e antíteses atuais: a tese dos desiguais.....	<b>35</b>
<b>Conclusão</b> .....	<b>40</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>41</b>

**Estado, industrialização e desenvolvimento:**

**Crítica a um processo inacabado**

## Introdução

Desde os primórdios da concepção da teoria liberalista, onde a melhor alocação dos recursos e aplicação destes seria alcançada exclusivamente através do mercado pelo simples jogo de oferta e procura, regida pela égide da famosa “mão invisível”, ao papel do Estado caberia somente o da garantia dos direitos individuais e assegurar que ordem social não fosse corrompida.

Porém, na história dos processos de *catch-up* das nações é constatado que a tão preconizada auto-suficiência do sistema não fez jus integralmente à Riqueza da Nações, bíblia dos liberais. Muito não se levou em conta que forças políticas, sociais ou a própria estrutura vigente exercem pressões em que afetam o funcionamento mercadológico. Nas relações de troca, surgiram e surgem ainda, efeitos em que simplesmente o ambiente das trocas não consegue satisfazer a interação social como um todo; com a teoria neoclássica pode-se analisar unicamente os movimentos de mercado apenas, não levando em consideração outras vertentes da vida social, como ramos jurídicos, culturais e políticos, só para citar.

Partindo para as ideias liberais – ou neoliberais – mais atuais, as políticas do Consenso de Washington, que, na década de 90 eram tidas como suposto alavancador do desenvolvimento dos países emergentes, confundia-se como sinônimo de modernidade e prosperidade dos que adotavam as doutrinas de liberalização econômica e financeira. Contrariando ao que se pressupunha, a internacionalização não conseguiu inserir os países ditos periféricos através da padronização imposta pelos países dominantes, haja visto que os próprios mecanismos de globalização criavam condições favoráveis à manutenção e acumulação de poderes. O sinal dos tempos traria à tona a insuficiência da gestão estatal, alocando-se privatizações e desnacionalizações, extinguindo-se qualquer plano puramente nacional de desenvolvimento.

Será aqui apresentado, em perspectiva histórica, como o sistema capitalista carrega em si contradições básicas e como não existem modelos únicos para o incremento do crescimento econômico e conseqüente desenvolvimento.

No primeiro capítulo será abordada a fase da gênese capitalista, o desenvolvimento das variadas facetas do capital, bem como da adoção da grande

indústria no processo de produção culminando com teoria clássica de mercado propriamente dita.

No capítulo dois é discutido o surgimento do pensamento keynesiano, em que vai cunhar, ao papel do Estado, novas atribuições. Também serão apresentados os momentos de crise e derrocada do sistema assim como a retomada da hegemonia americana nos fins de 70, abrangendo dessa forma os movimentos cíclicos da economia mundial.

O terceiro capítulo trata das recomendações do Consenso de Washington e o modo em que tais prescrições repercutiram no mundo atual.

O capítulo quatro, e último, ressaltam os aspectos em que o mundo neoliberal atual é regido. Levanta a questão, embasada na própria realidade dos países em desenvolvimento, se a internacionalização é benéfica aos mesmos; se há deterioração dos termos de troca; se a inserção mundial realmente se configura com a adoção das políticas “recomendadas”. Analisa, em última instância, se, o processo de adoção do modelo capitalista, é um processo includente e amadurecido, pronto.

## **Capítulo 1 – Formação da economia capitalista e os processos históricos de industrialização**

### **1.1 – Formação da economia capitalista**

Do fim do regime feudal, a fase do capitalismo mercantil, os rastros do antigo modo de produção já aceleram o novo modelo que adiante viria a se mostrar como o chamado capitalismo comercial. As formações de mão de obra livre associadas à divisão do trabalho que vinha se esboçando, assumem uma característica de diretriz da nova ordem de relação produtiva.

Com esse período mercantil, onde a maior acumulação de riqueza metálica seria preconizada, a sociedade vinha se desdobrando com referencia ao que fez com que o regime feudal fosse derrubado. Fortes características concorrenciais e de livre comercialização entram em vigência, em função de fatores em que o sistema de feudos fez crescer – “a acumulação originaria”.

A etapa crucial e de afirmação de um sistema mais maduro, estaria ainda por vir com as oportunidades que se mostrariam interessantes para a Inglaterra do século XVIII, bem como as circunstancias que desembocaria no pioneirismo inglês na instituição da nova forma de produzir. Mas fato é que, a acumulação primitiva abriu os caminhos para que o montante de capital originário fosse unificado, onde, com os desdobramentos dos variados feitos do capital – comercial, industrial e à frente financeiro, o trabalhador começara a ganhar a privação dos meios produtivos, formando outra ordem social baseada nessa distinta organização da produção. No período da mercantilização, a divisão do trabalho acentua-se pela necessidade de expansão dos mercados e dos níveis de especialização, pois a satisfação das necessidades implicava ir a mercado trocar entre si, diferentemente do modo da economia familiar, que produzira, outrora, para subsistência. Essas mesmas unidades familiares começam, então, a se especializarem e distribuir produção à mercado. Estaria se moldando o dito capital comercial, um tipo mais rústico, e sem maiores lapidações, do capital industrial.



Em síntese, constituem faces do mesmo processo: o desenvolvimento do capital comercial, o incremento da produção de valores de troca, a divisão social do trabalho, a especialização da produção e a expansão dos mercados (OLIVEIRA, 2002, pág. 31)

Apesar de o momento sugerir uma gênese para o futuro sistema capitalista, as mudanças ocorridas ainda são superficiais. Somente com a retenção de dinheiro em mão de comerciantes, ou seja, um capital privado acumulado, que relega o trabalhador à condição de trabalhador livre. Em outras palavras, é nesse sentido em que o detentor dos meios de produção começa a produzir de forma capitalista enquanto o trabalho passa a ser cunhado como mercadoria. A única fonte de sobrevivência do proletário livre passa a ser sua força de trabalho, que é vendida ao comerciante. É onde irão surgir salários e lucros auferidos na expropriação da nova mercadoria.

A fase da manufatura entraria em atividade, como antecessora da grande indústria, separando meios de produção do trabalhador. Condiciona o trabalho a não qualificado, que conduz a menores remunerações, enquanto que as ferramentas de trabalho qualificam-se, intensificando horas trabalhadas em razão de fragmentação de funções produtivas. Contudo em função de maiores qualificações das ferramentas produtivas, exige-se certo plantel de trabalhadores práticos e inovadores que repensem versões mais robustas para as ferramentas. Período da acumulação primitiva, com limitações de produtividade e de expansão do capital, porém, abre portas para industrialização.

O período manufatureiro, ou era da acumulação primitiva, é momento necessário ao surgimento da grande indústria mecanizada. Em primeiro lugar, porque foi nessa fase que se criou o exército de proletários e que se centralizou o capital dinheiro passível de transformar-se em capital industrial. Em segundo, o processo de acumulação primitiva aprofundou a divisão social do trabalho, constituindo mercados com a extensão necessária à produção fabril, que, desde seu início, apresentou-se como produção em massa. Finalmente, de um ponto de vista material, no período manufatureiro ocorreu a diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho, e o aparecimento de operários especializados, elementos que são condição para a própria produção de máquinas (OLIVEIRA, 2002, pág. 55)

Os elementos requisitados para o desenvolvimento do capitalismo pleno estavam alocados: o capital monetário desdobrava-se em produtivo – a acumulação deste desagua na produção industrial; é formada uma extensa massa de operários – o trabalho livre fez surgir o assalariamento; a divisão social do trabalho aprofundada. As limitações que haveria seriam de ordem técnica. Não é que não houvesse máquinas no período da manufatura, porém seu uso era restrito e isolado. Seu uso extensivo só vai ocorrer quando do estabelecimento da nova cultura de produção – mecanização industrial. E essa mecanização é obtida por intermédio de técnicas introduzidas na criação de máquinas que substituem as ferramentas de trabalho, num processo de desdobramento por maiores produtividades. Para a criação da máquina-ferramenta não exigia-se conhecimento técnico apurado – não foi o conhecimento científico que gerou essa revolução das máquinas. Trabalhadores dinâmicos, práticos e inventivos que instituíram as mesmas. As buscas pelas inovações são incorporadas à produção. O estabelecimento da mecanização, trouxe tendência crescente de derrubada do artesanato e manufatura levados ao mercado.

As transformações são constantes e as técnicas mais robustas que possam servir à produtividade, perseguidas. Finalmente há materialização do capital, desqualificando o trabalho. A máquina supera a limitação física do trabalhador que passa a fornecer somente força motriz à mesma. Com tal, a capacitação reduz-se e o valor da força de trabalho também. Nas palavras de OLIVEIRA (2002, pág. 59) “o trabalhador torna-se mero apêndice da máquina, que comanda o processo de produção”.

A fase final de formação do capitalismo vinha de encontro à implantação da grande indústria mecanizada. Com maior dinamismo produtivo, o tempo do trabalho socialmente necessário à produção reduz-se, derrubando salários e incrementando os níveis de mais-valia.

O período da industrialização cristaliza e vem a ratificar o processo de separação dos meios produtivos do trabalhador; a não identificação com a produção das mercadorias – fetichismo.

Também há largada para a acumulação capitalista. Agora, há reposições e investimentos diretos na produção. Antes os capitais acumulados eram oriundos de mercadores e comerciantes e dirigiam-se à produção através de empréstimos. Adotado o sistema fabril, a própria geração dos lucros – uma parte dele – é reinvestido como forma de gerar acumulação.

A expropriação de elevadas taxas de mais-valia também é um condicionante à acumulação. As forças produtivas desenvolvem-se através da acumulação e há total subordinação ao capital.

As inovações crescem, a tecnologia viceja bem como são modernizados métodos de produção. O aspecto concorrencial se torna inerente a sociedade e a gênese do capitalismo chegava a seu fim.

É com a grande indústria que o capital realmente se encorpa e ganha maturidade. Nesse momento já se havia formado mão-de-obra livre e o capital já se constituía centralizado o bastante, o que seria o ponto de encontro com o desenvolvimento do aparato industrial.

A primeira Revolução Industrial inglesa não só confirma tal fato como faz vicejar teóricos e pensadores para desdobramentos do novo regime. Há identificação da liberdade econômica com livre concorrência. Smith (1996) no clássico *A Riqueza das Nações* de 1775, sintetiza bem os precursores fisiocratas e funda as estruturas básicas do livre mercado, estabelecendo a melhor alocação de recursos, a forma da divisão social do trabalho, o ambiente das trocas à mercado, que pressupunha livres forças e autonomia.

Essa autonomia nas trocas comerciais seria alcançada de modo natural, uma vez que o ser humano é movido por interesses próprios porém quando vai ao mercado negociar e trocar, o mesmo não tem intenção de fazer o bem e o criar vigor aos interesses públicos – somente teria finalidade de negociar através de um mecanismo que o favorecesse – mas o faz inconscientemente. Nesse ambiente de relações, o plano de fundo seria o próprio mercado que regerá a melhor alocação dos recursos em jogo – a famosa mão invisível.

Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público (SMITH, 1996, pág. 438)

Se a economia seria regida pela simples interação entre os agentes, qual seria, na literatura liberal, o papel do Estado frente à mesma? Caberia à função do mesmo zelar pelos direitos de propriedade dos indivíduos e estabelecer as bases para que os agentes pudessem ir a mercado negociar, trocar entre si. Deixe ser e estar. O equilíbrio econômico jamais estaria atrelado a uma ou outra ação estatal, o que por sinal era repudiado e condenado às 'leis naturais', assim como políticas subsidiárias e de protecionismo. Segundo HUBERMAN (1981, pág.179): "preservar a paz, proteger a propriedade, não interferir"- essa sim seria a função do Estado.

O homem geralmente é considerado pelos estadistas e planejadores como objeto de uma espécie de mecânica política. Os planejadores atrapalham a natureza no curso das operações naturais sobre os negócios humanos, quando seria suficiente deixá-la sozinha, deixá-la agir livremente na efetivação de seus objetivos, a fim de que ela realizasse os próprios planos (SMITH, 1996, pág. 42)

Ou outro ponto:

Além disso, pouco se requer, para levar um Estado da barbárie mais baixa para o mais alto grau de opulência, além da paz, impostos baixos, e uma administração aceitável da justiça; todo o resto é feito pelo curso natural das coisas. Todos os governos que interferem nesse curso natural, que forçam as coisas para outra direção, ou que se empenham em sustar o progresso da sociedade em um ponto específico, não são naturais e para subsistirem têm de ser opressivos e tirânicos (SMITH, 1996, pág. 43)

Os escritos de Riqueza das Nações influenciaram seus contemporâneos na adoção de uma ideologia pró-mercado e constituiu, também, para análise dos desdobramentos do insaciável comportamento do capital. Essa contribuição adquiriu forma e força, tanto é que a sociedade se confunde com padrões de livre concorrência; o regime é de livre concorrência; os condicionamentos apontam modelos de livre concorrência.

Para a efervescência de ideias econômicas mais modernas ascenderem é preciso que o regime em vigência dê respaldos e abertura a um novo modelo, como forma de cobrir eventuais falhas ou simplesmente o rompimento do que já não se é viável. Isso foi o que aconteceu com a queda do feudalismo e o desenvolvimento, por etapas, das variadas formas de capitalismo. Com a instituição de mecanização de produção e a possibilidade de maiores ganhos e menores perdas nesta, e, a tese central de reposição e reinvestimento a partir dos próprios ganhos da produção, fundam bases para adoção de posturas intelectuais mais modernas – caso da concepção capitalista. Mas é preciso analisar como e quando essas mesmas concepções desenrolaram-se nos celeiros que mutavam-se juntamente com a metamorfose do regime.

## **1.2 – Capitalismo Originário – O caso inglês**

Por razões específicas e conjunturais, a primeira vez onde se atuou, de forma plena, o modelo capitalista foi na Inglaterra do século XVIII. Para tal, o pioneirismo inglês contou com as bases que foram estabelecidas ainda no regime feudal. Isso tem a ver com a chamada acumulação primitiva que se instituiu em meados do fim período feudal. Segundo OLIVEIRA (2002, pág. 160) “é importante ainda frisar que todos os processos de acumulação primitiva apoiavam-se no poder do Estado”.

Começava-se a produzir para a demanda das massas e não mais bens de luxo para os altos senhores feudais. Há um novo mercado em expansão: o de artigos mais baratos e adequados ao consumidor de massas. Em função disso, é crescente a divisão social do trabalho e a evolução mercantil, para atendimentos de tal demanda.

A liberalização da servidão e os cercamentos de terras (já as transformando num bem econômico), também são fortes pontos para que os ingleses saíssem na frente na corrida hegemônica.

Foi o movimento de fechamento de terras, de efeitos tão terríveis nos pobres, que possibilitou todo esse melhoramento notável na técnica, ciência e ferramentas agrícolas, em grande escala. Teria sido impossível com os velhos sistemas de campos abertos, de terras comuns a todos (HUBERMAN, 1981, pág. 157)

A propriedade privada se vê crescente no setor rural. Com os camponeses expropriados, em relação ao uso produtivo da terra, viceja, nas zonas urbanas, a formação de mão-de-obra livre assalariada levada à manufatura. Cria-se sobrevivência marginal nas cidades.

Todos esses ingredientes somados fariam o estoque do que viria a ser o período revolucionário inglês e que desembocaria, plenamente, no vigor do dito capitalismo originário praticado no século XVIII. A alavanca básica foi a postura do Estado frente ao comércio exterior. A ação protecionista que o Parlamento praticava fez com que a Inglaterra, aliada a um moderno sistema tributário, acumulasse condições necessárias para difundir os resultados da manufatura nacional no mercado global. Baixas (ou nenhuma) tarifas à exportação e barreiras fortes à entrada de bens estrangeiros ou mesmo até proibições de determinados produtos. O governo garantia mercados para escoar a produção nacional e agia ativamente em setores econômicos diversos enquanto que os demais países da Europa, como França e Holanda, defendiam a atuação do grande comércio, relegando ao segundo plano a produção interna.

(...) parece também provável que a inclinação dos governos britânicos em colocar os lucros comerciais e a conquista de novos mercados sobre qualquer outra consideração tenha exercido um papel decisivo na exclusão de rivais econômicos em potencial como os franceses, cuja política exterior era menos unilateralmente burguesa (HOBBSAWN apud OLIVEIRA, 2002, pág.155)

Priorizavam-se no território inglês atividades manufatureiras; para os demais europeus, atividades primárias. Procuraram expandir os circuitos mercantis, incrementando os mercados para a compra de seus produtos manufaturados e, conseqüentemente, valorizando o capital comercial. Então conforme o relativo atraso

político e econômico dos outros, assim como a visão estratégica da busca por novos ramos de escoamentos e por não ficar presa somente os movimentos comerciais e sim fomentar a produção interna, Inglaterra se lançou à frente destes. A estrutura organizacional da produção trouxe enorme dinamismo e foi motivo do pioneirismo dos ingleses. Esse é um momento essencial para a futura industrialização.

Com a difusão feita tanto no meio rural como na cidade, com o contingente de proletários oriundos do campo e com força de trabalho livre no cenário urbano e, com o capital comercial formado e apto para assumir a forma de capital industrial, têm-se, finalmente, os requisitos para a adoção da mecanização e da grande indústria inglesa. Acelerado o esgotamento da manufatura e do sistema doméstico de produção – por circunstâncias em que o aumento da produtividade não poderia ser atendido em função do limitado sistema manufatureiro. Essa exigência do aumento da produtividade traduzida em forte demanda, colidiu com as inovações tecnológicas que, ao mesmo tempo em que eram descobertas técnicas, eram da mesma forma levadas, pragmaticamente, à produção econômica. Em outras palavras, novas tecnologias – que não exatamente dependiam de progresso científico, mas de praticidade técnica - gerariam novas formas de organização produtiva e finalmente, econômicas, isto é, tornavam lucrativa a introdução de novos inventos no processo produtivo. Para OLIVEIRA (2002, pág. 166), “se as expectativas de lucros eram o móvel para a incorporação da nova tecnologia, o investimento capitalista, por sua vez, era o veículo desse processo”.

As vias que conduziram a transição do capital comercial ao capital industrial vêm de encontro à atuação bancária fortemente desenvolvida e com o capital acumulado dos mercadores que passaram a investir de maneira crescente no cenário industrial. Como a indústria de tecido necessitava de um capital relativamente pequeno, isso foi facilmente viabilizado.

Inicialmente o capital das fábricas tinha iniciativa com os fomentos dos bancos e empréstimos ao capital comercial. Não muito à frente, os próprios lucros fabris passam a fundar o investimento de tais produções. Em outras palavras, o capital começava a falar por si mesmo.

É isso que explica por que a indústria surge organizada como empresa familiar, e se dependeu, em seu início, de crédito fornecido por bancos e comerciantes, não necessitou, entretanto, estreitar suas relações com os fornecedores de capital dinheiro, pois, dado o impulso inicial, a expansão passa a depender do reinvestimento de seus próprios lucros (OLIVEIRA, 2002, pág. 170)

Os investimentos também atuavam em outros setores da economia face o surto da indústria que, em expansão, necessitava de infraestrutura. A construção civil, o setor mecânico, a mineração do carvão, o setor de transporte e a metalurgia foram campos em que, através de impulsos indiretos da indústria têxtil, amadureciam.

O crescimento da população, as revoluções nos transportes, agricultura e indústria - tudo isso estava correlacionado. Agiam e reagiam mutuamente. Eram forças abrindo um mundo novo (HUBERMAN, 1981, pág. 158)

O ramo têxtil foi o primeiro a se desenvolver e como os ingleses já tinham amplo mercado mundialmente formado, bem como colônias que puderam absorver a produção de tecidos, consolidava-se o alargamento em massa de bens produzidos. Complementando essa lógica da gênese da mecanização, em razão da queda de preços oriundo da introdução de inovações e maquinários na forma de produzir na Inglaterra, sua posição se tornava muito confortável e até mesmo insuperável.

Por todos os motivos aqui apresentados, o aparato industrial com forma de organização vinculada à ideia central de capital se torna irreversível e a propagação no mundo, inevitável. A era das construções ferroviárias fecharia o ciclo embrionário do liberalismo pleno. Estaria a Inglaterra no topo da hegemonia econômica e esta seria a progenitora, a originária do capitalismo moderno.



### 1.3 – Capitalismo atrasado – O caso americano

Já findada a Revolução Industrial inglesa, o mundo se encontrava na fase das buscas por maiores produções, por novos mercados. Em alguns países europeus assim como nos EUA o processo de industrialização era implantado, porém, ainda, sem o mesmo dinamismo inglês. As nações procuravam seguir o modelo instaurado na Inglaterra. Esse é o período dito de concorrência capitalista.

A influência da potência econômica é, inevitavelmente, inexorável. Importante frisar que nesse dado momento conjuntural da economia, a livre concorrência cria mecanismos para que o processo de acumulação encontre condições necessárias para sua reposição. Então, salienta-se aqui, que, o próprio sistema faz girar o ciclo que garante sua reciclagem, sob forma de lucros que são novamente reinvestidos na produção.

Se os dispêndios e investimentos iniciais e de reposição eram feitos para a acumulação primitiva e para a manufatura, respectivamente, pelo Estado e pelos banqueiros e mercadores, dessa vez o caráter autossuficiente e auto reprodutor do capital, garantem tal investimento. Os EUA apesar, nesse momento, de não ter o dinamismo econômico inglês, não se subordinou à nação líder hegemônica. Do mesmo modo que grande parte da Europa, os americanos eram exportadores de bens primários e se inseriam no cenário mundial a fim de competir com a liderança. Nem mesmo o fato de serem (os americanos) importadores de bens industrializados fez com que a dependência imperasse e que ali não pudesse se desenvolver sua grande indústria.

O Nordeste do país se assemelhava muito com as características de seu colonizador, no que diz respeito à organização industrial econômica, no período do fim do antigo regime. Enquanto que o sul imperava, predominantemente, o escravismo. A colônia de povoamento procurava dinamizar não somente seu mercado interno como levar à exportação seus bens no circuito internacional. Uma peculiaridade que compete à industrialização norte americana é o fato de, o capital comercial que se formava não procurar fortalecer o capital comercial da metrópole e sim, necessidades e anseios internos, e não se apequenando frente aos ingleses, diferenciando o processo industrializante dos EUA perante outras colônias.

Vale dizer, desenvolvia-se um capital comercial nativo que se fortalecia pela mercantilização da produção local e que atuava no mercado mundial da mesma maneira que o capital comercial das nações dominantes européias. Na verdade, enquanto as colônias de exploração funcionavam como unidades dependentes, cuja economia era estruturada visando à máxima valorização do capital comercial metropolitano, as colônias de povoamento estruturavam-se por meio de uma dinâmica própria que atendia aos interesses comerciais locais (OLIVEIRA, 2002, pág. 208)

A divisão do trabalho viceja; a acumulação do capital comercial desenvolve-se ferverosamente. E esse desenrolar da economia americana incomodava a metrópole. À frente, a colônia americana declara independência e continua a propagar o desenvolvimento de sua manufatura e produção familiar num ritmo frenético. Após a declaração de independência, o país, agora sob uma égide de um Estado nacional, e com uma economia integrada, participava ativamente do mercado mundial. O capital comercial e bancário do Nordeste floresce vertiginosamente. Porém, a liderança hegemônica, quase que monopolista inglesa, impedia o avanço industrial da ex-colônia, pois, a posição dos têxteis oriundos da Inglaterra era inquestionável. Também a falta de logística não favorecia a ampla unificação dos mercados internos.

Os processos da implantação da grande indústria foram completamente diversos dos que foram colocados em prática na metrópole. A adoção da malha ferroviária é que adquiriu fervorosidade para integrar o mercado interno e fez com que os rumos da adoção industrial, que vigorava precocemente, fossem retomados na sua forma mais conceitual. Com isso a demanda surgia, em consequência de tal, em maior escala, por mineração, metalurgia e mecânica. Então a expansão da malha ferroviária aliada à acumulação de capital comercial, a divisão social do trabalho e das técnicas da manufatura, é que vão fazer com que a introdução dos métodos de produção inglesa seja incorporada às maneiras de produzir dos EUA. Importante é notar que, apesar de atrasada, a economia norte americana soube incorporar todos os avanços técnicos e econômicos da Inglaterra. Inclusive migrações de trabalhadores especializados de origem inglesa cederam o repasse de conhecimento técnico. Quanto a esse aspecto vale salientar que o próprio modelo de livre concorrência criava mecanismos onde a detenção da técnica mais arrojada não poderia ser exclusividade, por tempo indeterminado, de certa nação.

Portanto, é esta dimensão do capitalismo concorrencial - a impossibilidade do controle monopólico da tecnologia - que explica, em última instância, por que os países atrasados puderam criar uma estrutura produtiva tecnologicamente semelhante àquela da Inglaterra (OLIVEIRA, 2002, pág. 221)

No tocante ao financiamento das industrializações ditas atrasadas, como é o caso americano, o próprio Estado é que intervém alavancando novas fontes estruturais para a economia interna. Enquanto na Inglaterra os simples desdobramentos da capital acumulado interpreta esse papel, nas economias atrasadas os estímulos, sob a égide de um Estado intervencionista, faz dinamizar o processo produtivo. Quando o governo não criava concessões, alimentava linhas de crédito, subsidiava, ele mesmo constituía suas próprias companhias, um bem comum e que gerava demanda em outros setores.

Apesar dos condicionantes, é difícil negar que, sem a proteção à indústria nascente, a economia dos Estados Unidos não teria se industrializado e desenvolvido tão depressa quanto ocorreu no seu período de *catching up* (CHANG, 2004, pág.60)

Havia, também, formação de trustes e cartéis. Esse modelo de instituição oriunda, por parte do Estado, estava presente geralmente na implantação do sistema ferroviário. Isso difere do berço da civilização capitalista, onde os investimentos direcionados à infraestrutura e ao sistema de ferrovias tinham origem no capital privado devidamente acumulado. Os investimentos externos apesar de não ser parte relevante da ascendência da industrialização dos EUA, é sim parte integrante e mesmo sem ter peso decisivo em tal processo, constitui um aceleração do mesmo. Os empréstimos estrangeiros eram em grande parte destinados aos mesmos governos tomadores. Os bancos de investimento é que explicam, fundamentalmente, em última instância, o mecanismo de capitais acumulados. Então com investimentos de longo prazo, o desenvolvimento da ferrovia desloca-se em relações diretas com a grande indústria. Por essa razão os bancos de desenvolvimento das economias atrasadas interferem diretamente no desenrolar conjuntural conseguindo suprir a falta de capital acumulado privado levado à exigência da produção, como visto no modelo inglês, e alavancando a

concepção da nova forma de organização estrutural da economia capitalista nesses países.

Os mesmos bancos, centralizadores do capital, direcionavam os meios de produção para outras atividades. Nas palavras de OLIVEIRA (2002, pág. 228) “Assim, os bancos de investimento, a importação de capitais, a formação de sociedades por ações e o apoio creditício do governo foram os instrumentos utilizados pelos países atrasados para impulsionar a industrialização”.

Ao fim do processo de industrialização americano, o país contava com aparato industrial, um sistema bancário moderno e semelhantes condições existentes das que foram implantadas na progenitora Inglaterra, fatores esses que colocaram à disposição dos americanos, igualdade de condições pela disputa de mercados internacionais. E esses mesmos fatores somente foram difundidos em função da própria característica do capitalismo concorrencial que imperava no mundo naquele instante, pois não se criava barreiras e empecilhos ao surgimento de novos capitais nacionais individuais.

Constatamos que, distintas formas de organização são convergentes com distintos níveis conjunturais de cada nação. Ou seja, não há modelos únicos e infalíveis de industrialização e desenvolvimento. O que existe são análises das oportunidades ora interessantes para dada nação.

Nesse capítulo pudemos verificar, em bases históricas, como e quando as economias liberais industrializaram-se. Isso leva em conta pré-requisitos mínimos adquiridos ao longo da evolução e da transição de um modo de produção para outro. Ou seja, não há um receituário imbatível e infalível para todos.

É preciso considerar as estruturas vigentes tais como institucionais, sociais, financeiras e, porque não, culturais. As dinâmicas existentes fazem surgir certos padrões e pré-disposições que levam ao capitalismo propriamente dito. Então o que há são certos moldes e não concepções invencíveis. Buscando na história averigua-se que mesmo os que se julgam ortodoxos o bastante, liberais ao extremo, na verdade se contradizem.

## Capítulo 2 – Estado, crise e hegemonia

A modernização dos países que detinham certos pressupostos para a arrancada industrial trouxe não somente a formação do capitalismo dito pleno. Consequências, também, desse vigor do sistema implantado, viriam à tona após o período fértil e de euforia que o livre-cambismo trouxe. O capitalismo monopolista viceja. Mas não seriam boas as consequências resultantes dos desdobramentos da adoção do novo modo de produção, com exceção, em parte, dos que se viam industrializados. Com a corrida por novos mercados consumidores e propagação de influências e políticas nacionais de interesses, há queda de teorias, até então, que fundamentavam o fervoroso modelo capitalista clássico – a *Lei de Say*. Grande parte da crise gerada pelo excessivo fomento das leis de mercado pode ser explicada, inicialmente, por três fatores: demasiada oferta que se desdobra em superprodução; crescente nível de especulação, uma vez que o sistema financeiro moderno e bem entrelaçado se via unificado com a liberalização e; subconsumo que, haja vista, a parcela de oferta levada a mercado não obteve absorção, sem a contrapartida necessária, da demanda efetiva.

### 2.1 – Novo papel do Estado: Keynesiano

O *crash* da Bolsa nova iorquina conduziu choques no mercado de trabalho, abriu concordatas e o nível de pessoas marginalizadas foi ascendente. Houve retenção de moeda e o investimento decaiu enquanto as tensões sociais cresciam.

Onde estaria a auto regulação do mercado para ajustar esses índices a níveis de equilíbrio? Claro estava que as flutuações da máquina econômica ainda não tinham um diagnóstico. Começam, então, as buscas por análises daquele momento em que fugiu-se do controle, a ordem econômica. A ideia de instabilidade inerente ao sistema passou a ser pressuposta.

KEYNES (1996), na sua mais revolucionária obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* datada originalmente de 1936, propunha uma análise às crises do modelo liberal de modo em que fossem consideradas as formas cíclicas de tal

modelo. Ascendência e retração são pontos iniciais, finais e transitórios de um sistema que autofavorece a instabilidade.

Portanto, as flutuações da eficiência marginal do capital seriam as causas da derrocada pós-industrial das economias. E essa mesma eficiência tende a refletir tendências – quanto a expectativas futuras, referente ao rendimento futuro de tal capital – meramente psicológicas. Ora se, os investimentos produtivos se retraem (por motivo, por exemplo, de incerteza quanto ao futuro), reduzindo os empregos, os reflexos no nível de consumo também caem, e como na Lei de Say oferta cria sua demanda, os estoques acumulados não tem a contrapartida esperada dos consumidores, que por sua vez tem sua propensão marginal a consumir desguarnecida, passando a poupar e a reter liquidez.

No desenrolar desse momento, formam-se estoques sem absorção do mercado, criando desestímulo a produzir em maiores escalas e gerando desemprego. Com isso a eficiência marginal do capital cai, estabelecendo ambiente instável, propício a crise.

Quando uma nação está aumentando a sua riqueza com certa rapidez, sucede que em regime de *laissez-faire* este feliz estado de coisas pode ser interrompido por insuficiência de estímulo para novos investimentos. Dados o meio social e político e as características nacionais que determinam a propensão a consumir, o bem-estar de uma nação progressiva depende essencialmente, pelas razões já expostas, da suficiência de tais estímulos (KEYNES, 1996, págs. 310 e 311)

Em função disso, seria preciso repensar e reformular dogmas da cartilha liberal.

Não que o capitalismo não fosse o sistema de melhor alocação de recursos, porém a sociedade avançava e a modernidade trazia em si novas implicações onde caberia mais adequação à conjuntura. Onde a iniciativa privada não estivesse presente, a intervenção estatal poderia ser levada a cabo.

Não convém aqui a discussão da socialização dos meios de produção. Na teoria keynesiana, à nova atribuição do Estado caberia a orientação do consumo, ou seja, da demanda efetiva, e incrementos nos incentivos a investir, realizadas, principalmente, através de mecanismos de política fiscal ou política monetária (via

taxa de juros). Em tempos de desemprego e recessão, o governo intervencionista agiria de modo a estancar a falta de demanda efetiva. A emissão de títulos públicos faria com que a renda poupada do setor privado fosse destinada a investimentos em setores ociosos. Os déficits públicos também alavancariam a criação da demanda, seja o Estado fixando menores cargas tributárias, que diminuem a arrecadação, ou, gastando mais em obras públicas, que igualmente gera situação deficitária, mas, em contrapartida, elimina a carência de demanda.

Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (KEYNES, 1996, pág. 345)

Apesar de se manter e preconizar as vantagens individuais e do sistema de livre mercado, “no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais” (1996, pág. 346), KEYNES apoia a ideia de participação estatal na economia e com isso uma readequação do sistema capitalista às novas ‘tendências’ que, agora, são puxadas pela ótica da demanda.

Então o Estado teria a posição de elemento integrante do sistema capitalista e não mais a de um mero garantidor dos direitos ou, o fator que mantém a paz do sistema, que não interagiria diretamente com tal.

Os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, uma considerável extensão das funções tradicionais de governo. A par disso, a própria teoria clássica moderna chamou a atenção sobre as várias condições em que pode ser necessário refrear ou guiar o livre jogo das forças econômicas (KEYNES, 1996, pág. 346)

Passada a crise de 29, apesar de seus efeitos ainda se encontrarem presentes, os EUA vão de encontro as suas maiores taxas de crescimento da história durante o período do pós-guerra.

A reestruturação da Europa, dizimada com o conflito, passava por movimentos de investimentos americanos que, em contrapartida podiam modernizar seus capitais e suas relações de trabalho.

Essencial também foi o entendimento por parte dos liberais da nova função atribuída ao Estado como agente planejador, regulador, produtor e coordenador de investimentos para seu processo de acumulação. Esse período marcaria o ciclo mais duradouro, os anos de ouro, de desenvolvimento capitalista.

## **2.2 – Crise do modelo liberal**

No período do pós-2ª guerra, o mundo se encontrava numa realidade em que dois blocos influentes e vencedores da grande guerra, tentavam se impor e controlar a hegemonia política, ideológica e econômica mundial.

Após o período de euforia e, de os EUA deterem suas maiores taxas de crescimento da história de seu país, emerge uma crise de dimensões mundiais, onde a hegemonia americana se encontrava ameaçada. Tanto externa quanto internamente, os americanos sofrem derrocadas e se, o insucesso desse período não pode ser visto explicitamente é porque os mesmos se dispuseram a encobrir qualquer manifestação de crise. A partir da década de 60, a convertibilidade ouro-dólar chegava ao seu fim, ou seja, a moeda americana como referência mundial para emissões atreladas ao ouro, esgotava-se como padrão. A desvalorização monetária era uma realidade em que vigorava nos EUA. Os avanços soviéticos em áreas de influência americana, os fracassos que se sucederam no Vietnã e no Irã, assim como escândalos políticos internos (Watergate), contribuíram para o desgaste, não somente, naquele em que disseminava os ideais capitalistas como também, criava entraves ao andamento da economia mundial.



Diante desse agravamento das condições estruturais de funcionamento do sistema, os Estados Unidos subestimaram a natureza da crise e não trilharam o caminho de um ajuste profundo. (...) Com isso, contribuíram decisivamente para o agravamento das condições de funcionamento da economia mundial (TEIXEIRA, 2000, pág. 184)

Esse é o momento em que se verificou uma queda acentuada nos níveis de crescimento dos países centrais, contrapondo-se ao mundo periférico que alcançava taxas crescentes de exportações. Isso explica porque os EUA acumulariam déficits na balança comercial.

Com a queda dos padrões de Bretton Woods, o câmbio deixa de ser fixado. Há caracterização de aumento da inflação internacional e a desvalorização do dólar.

A inclinação de internacionalização do capital financeiro remete à era da segunda onda de industrializações, as ditas atrasadas, onde a própria faceta do capital promove a desnacionalização originária, fazendo surgir economias fortemente capacitadas a concorrer em mesmo nível que a hegemônica. É o que acontece nas ascendências, neste momento, de Japão e Alemanha, não entrando no mérito das discussões da representante das economias planificadas, a URSS.

Mesmo assim, a década de 70 não trouxe melhorias significativas da posição relativa dos Estados Unidos em face dos seus competidores. Ao contrário, este foi um período em que houve uma quase unanimidade em relação à irreversibilidade do processo de perda de hegemonia americana (TEIXEIRA, 2000, pág. 184)

Com os ingredientes para que a supremacia norte-americana fosse abalada com o rompimento do acordo de Bretton Woods, o avanço dos países periféricos de influencia soviética nos anos setenta com o qual os EUA se viam ameaçados, a derrota no Vietnã – que mais que uma derrota militar se tornou uma derrota política e uma derrota moral, o choque de preços na crise do petróleo da OPEP, a expansão da dívida pública, desvalorização cambial, os futuros hegemons passam a visualizar seus interesses nacionais e trazem à tona, novamente, a Guerra Fria, com corridas armamentistas e tecnológicas, guerra essa que foi responsável, também, pela retomada americana ocorrida no fim dos 70 e início dos 80, bem como a restituição

econômica tendo o dólar flexível como padrão, uma vez que os americanos não assistiriam a essa conjuntura de forma passiva.

Foi assim que o mundo chegou ao final da década dos 70: envolto por uma crise gigantesca e carente de qualquer tipo de hegemonia. Estavam criadas as condições para a grande vitória conservadora responsável pela reorganização do cenário político mundial, ocorrida a partir de 1979, a verdadeira matriz da retomada americana e do processo da globalização financeira que vem reorganizando a ordem política e econômica mundiais (FIORI, 1998, pág. 114)

### **2.3 – Ciclos: a retomada da hegemonia americana**

Desde a Grande Depressão o sistema capitalista dava sinais de conformismo ou tendência à estagnação. Uma indicação de esgotamento? A saga do sistema capitalista parecia chegar a uma conclusão.

Porém no fim da década de 70, com a busca por parte dos americanos da arrancada em direção à retomada de sua supremacia, que era contestada até então (os padrões de mercado que satisfizeram a liderança da economia americana não eram mais os mesmos e mergulhava-se em grandes déficits comercial quanto fiscal), é tomada a decisão por parte do FED (banco central americano), unilateralmente, de extrema valorização de sua moeda interna e incremento das taxas de juros.

A poupança interna dos EUA se via desguarnecida naquele período, a elevação dos juros básicos da economia atrairia parcela significativa do capital estrangeiro. O dólar, por sua vez, na tentativa de retomar sua hegemonia como moeda forte e padrão, supervaloriza-se no mercado mundial face às desvalorizações das demais moedas relevantes.

Em decorrência de tais decisões da política monetária adotada pelos americanos, ocorreram consequências drásticas em todos os pontos do globo. Os EUA poderiam contar com importações baratas e frente ao câmbio valorizado, incorria em déficits em sua balança comercial. Porém, como o fluxo de capitais entrantes era intenso, a própria acumulação destes seria a contrapartida para os déficits em balança comercial. A condição de exportador dos americanos foi trocada

com outras nações, enquanto importava insumos baratos e lançava investimentos às futuras indústrias de ponta, monopolizadoras de tecnologia, criando assim novas vantagens comparativas a seu favor. Esse ajuste da comunidade mundial perante a moeda americana foi de 'vital' importância para que a economia dos EUA voltasse a ter destaque hegemônico. Os próprios EUA propuseram uma nova divisão internacional do trabalho tendo os mesmos como centro desse novo sistema.

Essa retomada trava-se com decisões deliberadas pelos americanos. Não foi o *laissez-faire*, nem a ordem natural das coisas, nem a mão-invisível quem ditou as decisões do mercado; o próprio Banco Central do EUA interviu diretamente com políticas monetárias, visto a conjuntura internacional em relação a sua própria condição de ter para si a supremacia global novamente conquistada. E o mesmo FED controlava rigorosamente os movimentos do juro e do câmbio. Ou seja, as condições do mundo dito periférico não importavam, essa situação de aumento do desemprego e da miséria não diziam respeito ao EUA, ao contrário, os emergentes, juntamente, com os europeus e asiáticos, simplesmente financiavam a dívida americana e, deveriam adequar seus mercados ao dólar – deveriam atrelar negociações com a moeda mais líquida, mais segura e padrão mundial.

O fato essencial é que todo o mundo está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores americanos (TAVARES, 1998, pág. 41)

Aliada à essa atitude do *Federal Reserve* de valorização cambial, a abertura financeira escancarada se torna inevitável. Especulativamente, os fluxos de capital passam a percorrer o planeta com livre mobilidade em busca de maiores rentabilidades e lastros traduzidos em dólares. O constrangimento mundial é aparente, mas nem assim as economias puderam se fechar frente à nova ordem.

Transnacionais se deslocam intercontinentalmente; bancos estrangeiros se instalam em outros países que não o de origem; começa a nova onda de privatizações e desnacionalizações. A crescente desregulação torna viável a dissolução estatal perante a economia. O sistema se reforça, não por

competitividade natural e benevolência das trocas, sim por voracidade do capital, ora aparentemente adormecido e domado, inflamado pelos EUA.

(...) o capital financeiro tem voado para todos os portos num jogo de cassino em que ganhadores e perdedores só tem contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. Importa observar que nesse imenso cassino os jogadores individuais – empresas e bancos – podem quebrar-se uns aos outros, mas não pode quebrar a banca (TAVARES e MELIN, 1998, pág. 63)

A hegemonia resgatada faz menção à transição do dólar monetário ao dólar financeiro. Antes, como moeda unicamente nacional e vinculada ao padrão ouro – estabelecida em Bretton Woods a fim de reformular o capitalismo e os fluxos monetários, não traria as consequências que assolaram a economia mundial, diga-se em larga escala, como dos anos 80 em diante. Primeiramente porque os juros eram fixados; segundo porque o montante de moeda em circulação tinha como determinante a quantidade de ouro em reservas. Com a metamorfose do dólar em meio financeiro – não de troca, sim de especulação, a abertura das economias se fez necessária, fragilizando as mesmas e extinguindo a discussão quanto ao regime cambial. A discussão sobre a estrutura cambial padeceu: o câmbio é flutuante e ponto! Essa é a herança deixada pelos americanos.

Outra vertente que vem a consolidar o poderio e a liderança dos EUA é o investimento – diga-se exorbitante – no setor bélico. A economia armamentista criou condições de crescimento e mais uma vez com participação efetiva do Estado.

A forma que gerou tal crescimento foi impulsionada com o gasto público na área militar. O dito “keynesianismo bélico” apoiou-se nos alicerces da sobrevalorização do dólar, nos juros extremamente elevados e na desregulação financeira, gerando estímulo econômico.

A produção não militar - de bens de capital e de consumo - por si só, (...), não mais conseguirá alavancar uma nova arrancada capitalista e será por conta disso que a guerra e a economia armamentista se conformarão como o novo elixir, convertido em recurso por excelência do sistema em crise (DANTAS, 2005, pág. 2)

Esses mesmos gastos em armamentos começa a vicejar em meio a segunda grande guerra confrontando com a empreitada da contenção das práticas nazistas. A natureza da produção militar atuava como um novo frescor no momento de crise visto que a produção regular de bens de capital e de consumo não conseguiu alavancar uma nova arrancada econômica. Gastando-se belicamente geravam-se empregos e fortalecia-se a demanda assim como se poderiam desenvolver novas tecnologias, pois com pesquisa científica bélica os setores não bélicos da economia se beneficiam. Provavelmente os resultados desses novos conhecimentos e tecnologias estão empregados em setores dinâmicos de economia americana, hoje, como as indústrias de ponta.

A grande jogada dos americanos para se fortalecerem militarmente tinha como alibi a corrida armamentista travada com os soviéticos e os moldes em que Guerra Fria guardava em si. Porém, o custo de se tornar potencia militar era a estagnação da produção não belicista e um alto endividamento.

Endividamento esse que mais adiante encontraria mecanismos de financiamento com a valorização cambial proposta pelo FED – unilateralmente – e pela alta dos juros assim como a liberalização financeira.

É de se destacar, igualmente, que a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso pois, na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros – e seguiu financiando seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento amparado na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais (TAVARES e MELIN, 1998, pág 74)

Os EUA conseguem então suprir a crise com gastos públicos de natureza militar às custas de precarização – perda de lucratividade – e queda dos setores produtivos não militares; incorrem em déficits (internos e externos) e endividamentos gigantescos e, logo após, se valem de políticas monetárias que os deixam em posição confortável perante a comunidade internacional.

Então a hegemonia norte-americana é reafirmada, segundo TAVARES (1997), através da diplomacia do dólar e da diplomacia das armas, apoiada na chamada “ditadura do capital financeiro”.

O efeito dominó que se seguiu nada mais foi que o enquadramento das nações à essa mesma ditadura do capital e à arrogância dos americanos de jogarem o jogo como se fossem os donos da bola. Após o *hegemon* ter se afirmado como potência e ser o único remanescente da disputa com a URSS, passou a fazer a diplomacia internacional do diagnóstico, interferindo nos aspectos sociais, políticos e econômicos nas mais diversas nações periféricas do globo, incentivando-os a fazer parte daquele sinal dos tempos contemporâneos.

### Capítulo 3 – O Consenso de Washington

“Talvez a expressão ‘consenso’ seja forte demais”  
(BRESSER-PEREIRA, 1991, pág. 5)

Com o modelo de liberdade econômica já fortalecido e implementado, de maneira irreversível, em função até mesmo do fim da Guerra Fria e do fim da queda do jogo de influências de um globo bi polarizado, é lançado ao mundo – mais especialmente aos latino-americanos - uma cartilha como receituário ao progresso às nações, até então, atrasadas.

Como a única forma de regulação seria a mercadológica, em 1989 reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID, para redigir ações e diretrizes e recomendá-las aos países pobres como forma de inserí-los ao bloco desenvolvido e industrializado. Para tal seria necessário subordinar o lado político ao econômico.

As propostas neoliberais já vinham sendo difundidas, porém, com o Consenso, as idéias, antes esparsas e sem um molde de compromisso assumido aos aconselhados, ganham um registro e aceitação efetiva por parte da elite que detinha as forças políticas, intelectuais e empresariais desses países.

Grande conexão à aceitação de tais medidas guardava vínculo, e se confundia, como sinônimo de modernidade e novas perspectivas de inserção. Porém, no caso brasileiro, a orientação dos órgãos envolvidos viria na diretriz de que o país se especializasse através do fomento da agricultura levada à exportação. Isso era modernidade. Então as questões internas é que estariam retrogradadas. A forma como a política agia com decisões erradas é que é retrógrado. A modernização levado a cabo com a substituição de importações visando à industrialização era, também, retrógrado. Idéias nacionalistas e desenvolvimentistas, enfim, tudo o que demais se processava internamente, estruturalmente, em vias políticas e econômicas eram retrógradados.

(...) uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950 (BATISTA, 1994, pág. 6)

De acordo com a abordagem de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. A partir dessa avaliação, as reformas no curto prazo deveriam combater o populismo econômico e lograr o equilíbrio fiscal e a estabilização. A médio prazo ou estruturalmente a receita é adotar uma estratégia de crescimento market oriented ou seja, uma estratégia baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações (BRESSER-PEREIRA, 1991, pág. 6)

Contudo, além das causas estruturais analisadas acima, uma coqueluche latina americana era buscar crédito no exterior com uma peculiaridade própria. Os recursos eram buscados no capital externo a taxas flutuantes.

Uma vez analisada a razão do atraso e dependência dos países pobres, a única forma de inserção, teria êxito, como recomendação, com a adoção das estruturas neoliberais. A saída vitoriosa do bloco da economia de mercado emanava uma nova ordem mundial em que, cedo ou tarde, as economias retardatárias apoiariam, seja por mera estagnação e resignação intelectual, seja por imposições conjunturais.

Os latino-americanos parecem comportar-se como países derrotados. Reagem defensivamente, com complexo de culpa, como se estivessem saindo de uma longa noite de totalitarismo político e econômico, como se houvessem sido eles, juntamente com os países da Europa oriental, vencidos também na guerra fria. Resignados e acomodados, sem nenhuma vontade perceptível de se afirmar como verdadeiras nações (BATISTA, 1994, p. 8)



A influência foi tamanha que, apesar das doutrinas serem concebidas por essas organizações – dirigidas por países desenvolvidos, em especial os EUA, a adesão por parte dos periféricos se confundia com sua própria vontade, como se o diagnóstico e a prescrição do consenso fossem algo em que já estivesse presente e fosse nato a tomada de decisões internas dos mesmos países. Em outras palavras, a patente de autoria se transferia de Washington para os próprios representantes políticos dos subdesenvolvidos e se proliferavam sem nenhuma obrigação de contrapartida por compensação ou *royalties*. Essa era a nova ordem natural das coisas.

Foi, abertamente, decretada a “falência” do Estado, que entre outras atribuições, seria, supostamente, incapaz de fazer políticas monetárias ou fiscais, repassando essas responsabilidades a organismos internacionais, que, supostamente, agiriam de forma autônoma e objetiva, sem guardar jogos de interesses. Ou seja, a soberania estatal acabava de morrer juntamente com a queda do muro de Berlim. A democracia, embora maquiada, não estaria morta, porém, subordinada à economia de mercado. Segundo BATISTA (1994, pág.9), “(...) a inflação - obsessivamente considerada o único mal a se combater, a qualquer preço (...), à custa do emprego, do salário, do desenvolvimento (...)”.

A avaliação de Washington objetivava atingir medidas reformulantes em tais áreas:

1. Disciplina fiscal;
2. Priorização dos gastos públicos;
3. Reforma tributária;
4. Liberalização financeira;
5. Regime cambial;
6. Liberalização comercial;
7. Investimento direto estrangeiro;
8. Privatização;
9. Desregulação e,
10. Propriedade intelectual.

As opiniões sempre foram muito diversas no tocante à maneira de como se alcançar o desenvolvimento econômico e social, porém os ideais dos formuladores

de políticas de Washington marcaria uma nova ruptura que seguiria rastros na maneira de relações inter-nações até os dias atuais.

A crise e a estagnação dos anos 80, assim como o desencantamento com o modelo de economia planificada, abriram caminho fértil para a adoção das proposições do tal consenso. Tal urgência fez com que o bloco atrasado tomasse atitudes pró-mercado visto que o legado deixado pela crise precisava ser combatido de modo emergencial, de forma que as engrenagens da estabilidade e do crescimento fossem retomadas instantaneamente. Como os governos endividados não teriam como não recorrer aos investimentos externos e não poderiam se opor aos dispêndios estrangeiros – que por sinal os financiavam – enfim, sem alternativas, os países se entregavam a tais prescrições.

As propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (BATISTA, 1994, pág. 18)

A abertura econômica estava feita; os sistemas de mercado, ‘integrados’, assim como entrava em vigor novos jogos de interesses e influências. Esse período seria tido como um ponta-pé inicial à globalização, nomenclatura mais sofisticada para dependência, ocorrida nos anos 90.

## Capítulo 4 – Contradições históricas e antíteses atuais: a tese dos desiguais

O mundo estaria assim formado: interligação de todas formas – padronização mercadológica; fluxos intensos de capitais procurando maiores taxas de retorno; desregulação financeira e delegação de ajustes ao próprio mercado; a insolvência do Estado, visto que a melhor gestão dos recursos seriam realizados à mercê do mercado; aberturas à entrada de todo tipo, sejam elas através de empresas, capital especulativo; desnacionalizações; dólar como a moeda mais líquida; flexibilização e alta volatilidade.

Os entraves ao crescimento e ao futuro desenvolvimento estariam fora do caminho das nações periféricas. Porém, porque é crescente a onda de tensões sociais ao redor do globo? E, porque, ainda há disparidades gigantescas entre as parcelas mais pobres e mais ricas, não só dos países em desenvolvimento, como dos já desenvolvidos? Por que, se o sistema é auto regulado, ainda existe intervenção do Estado na economia? Será essa uma questão que pode ser superficialmente respondida porque o processo de industrialização que tenderia – e que deveria – a levar ao desenvolvimento, bem como a maturidade do sistema, não foi completamente lapidado e ainda é inacabado?

Como visto em SMITH (1996), o egoísmo individual impera, é nato ao ser humano. Mas a ordem econômica não consegue se satisfazer unicamente pelo fato do indivíduo ir ao mercado trocar, fazendo assim bem-estar social inconscientemente. Há outras razões que ramificam o puro individualismo e para isso a soberania nacional tem de estar presente. O egoísmo que vigora hoje não é o mesmo da concepção smithiana. Hoje, esse mesmo egoísmo é consciente; é calculado e analisado minuciosamente em função de retenção cada vez mais elevada de poder. É fazer com o que não exista acessos, apesar de taxarem o mundo como globalizado, à concorrência. Não há concorrência. Existem padrões a serem seguidos para a perpetuação de poderes. Isso é que os países de ponta fazem questão: de chutar a escada.

O quadro resultante do nosso apanhado histórico parece suficientemente claro. Na tentativa de alcançar as economias de fronteira, os PADs [*países atualmente desenvolvidos*] recorreram a políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas a fim de promover as indústrias nascentes. As formas e a ênfase dessas políticas podem ter variado de país para país, mas é inegável que todos as aplicaram ativamente (CHANG, 2004, pág. 210)

Outro ponto:

A partir dessa perspectiva, também se pode dizer que o preponderante discurso do desenvolvimento com base no *upgrading* institucional traz em seu bojo um elemento da atitude de “chutar a escada” à medida que muitas instituições impostas aos países em desenvolvimento, além de custosas, são irrelevantes ou mesmo prejudiciais, tendo em vista o estágio em que eles se encontram (CHANG, 2004, pág. 27)

Como podem os desenvolvidos prescreverem e imporem qual a melhor forma de organização do mercado, levando em consideração o *laissez faire* integral, sendo que nos processos de industrialização destes, essas mesmas prescrições e medidas não atuaram? O livre mercado sem intervenções e regulações de nenhuma espécie nunca foi alcançado de forma plena. Nos berços da cultura capitalista, quando o governo não constituía, diretamente, indústrias chaves para a economia, intervinha com barreiras, subsídios, protecionismos grosseiros a fim de amparar a sua indústria nascente. Segundo GUIMARÃES (2005, pág. 34), “em 1861, os EUA aumentaram as tarifas em quase 50%, e durante todos os anos de 1860, mantiveram uma pauta aduaneira elevada para ajudar a proteger a sua indústria”. Na Inglaterra, o Estado garantia mercados na metrópole e nas, então, colônias. No período dos cercamentos é o apoio do Parlamento inglês juntamente com a classe elitista emergente, que garante a formação de mão-de-obra livre dos expropriados camponeses. Segundo OLIVEIRA (2002, pág. 50), “(...) a acumulação do capital comercial vai depender do apoio do Estado e da violência extra-econômica”.

É percebido que a mão nem é tão invisível assim.

A participação do Estado nos países periféricos é de vital importância para que os interesses nacionais sejam garantidos. Essa é uma questão que foi

retomada, parcialmente, com Keynes e, mais à frente com os desenvolvimentistas. A ação estatal é indispensável. Adotar políticas “ruins” parece ser o mais sensato, dadas as condições dos países em desenvolvimento.

Todos os países, mas principalmente os países em desenvolvimento, cresceram muito mais rapidamente no período em que aplicaram “políticas ruins”, entre 1960-1980, do que nas duas décadas seguintes, quando passaram a adotar as “boas”. A resposta óbvia para tal paradoxo é reconhecer que as políticas supostamente “boas” nada tem de benéfico para os países em desenvolvimento, pelo contrário, na verdade é provável que as políticas “ruins” lhes façam bem quando efetivamente implementadas (CHANG, 2004, pág. 214)

Claro se torna que as imposições conjunturais de padronização mercadológica constroem os países em desenvolvimento em função de suas distintas formas de organização e estágios estruturais. Seguir um modelo de industrialização e desenvolvimento como forma de se espelhar nos desenvolvidos se torna inviável. A ordem natural não alocou os melhores recursos nos periféricos, ao contrário, fez surgir discrepâncias mais profundas na própria ordem. Inclusive, contraditoriamente, nos disseminadores das teses ultra liberais, o governo atua de modo a estancar eventuais crises do modelo.

Formularam [os economistas] uma série de doutrinas que eram as "leis naturais" da Economia. Estavam convencidos de suas verificações. Não discutiam se as leis eram boas ou más. Não havia por que discutir. Suas leis eram fixas, eternas. Se os homens fossem inteligentes e agissem de acordo com os princípios que expunham, muito bem; mas se não, e agissem sem respeito às suas leis naturais, sofreriam as consequências (HUBERMAN, 1981, pág. 177)

Os mesmos americanos que propagam essas leis imutáveis se utilizaram de recursos da autoridade pública para se protegerem. Com a crise financeira norte-americana em 2009 colocaram-se em cheque as teorias neoliberais de "livre mercado" e de um "estado mínimo". O governo americano volta a contradizer o

modelo liberal com seus atos e dispêndios em indústrias nacionais arrasadas e que beiravam à falência. Não deixe ser e estar! Mesmo assim, presunçosamente, impunham aos emergentes abertura total dos mercados e flutuações naturais sem interação dos agentes públicos com tal.

Na era das terceirizações até as funções de vital importância para o pleno emprego e soberania que cabiam ao Estado, como formulações de políticas macroeconômicas, também foram terceirizadas ao “mercado” (organismos internacionais presididos, se não em todos, porém em sua maioria, por americanos – ou seja terceirizações feitas aos próprios países dominantes), como proposta ao retorno do capitalismo originário, em que as estruturas eram diferentes das evoluções atuais.

O mundo moderno não funciona em concorrência perfeita e com a provável “redução” (entre aspas, pois, forja-se a minimização estatal ou até mesmo o fim do estado, como um anarquismo do próprio capital, maquiado como sinônimo de modernidade enquanto nomenclaturado globalização e transnacionais) do estado, os ajustes do mercado imperfeito ficam relegados ao próprio mercado imperfeito.

A incidência tributária sugerida por Washington é um grande indicador de que a renda se perpetue sem divisão justa. Torna-se agravante que os impostos indiretos continuem a vigorar em maior escala que a contribuição direta. Ora, as classes mais baixas arcam com largos tributos fomentando a classe empresarial e elitista a deter uma parcela confortabilíssima de atrativos rentários e da produção. É preciso desonerar, urgentemente, a taxaço indireta, em produtos e serviços básicos, e reverter a ideia de privilegiar aos que tem condições necessárias de contribuir diretamente, criando assim bases para um possível distribuição de renda mais igualitária. Indiscutível se torna, também, o abismo entre ricos e pobres aumentou consideravelmente com a implantação da internacionalização. Segundo TAVARES (2001, pág. 63), “a distribuição da renda e da riqueza piorou por causa dessa onda de globalização recente”.

Só uma política de distribuição de renda pode dar, a longo prazo, substrato a uma política internacional autônoma. Um país muito desigual na distribuição da renda, da riqueza, acaba sendo um país vulnerável, frágil, sem legitimidade (BATISTA JR, 1996, pág. 352)

As privatizações, estratégias neoliberais para desarticulação do Estado nacional soberano, visam quebrar o monopólio estatal em setores chaves da economia em que a própria distribuição é feita através da égide do governo, representante popular, garantidor do suprimento de serviços básicos à sociedade. Muito se fala em privatizações, quando na verdade também existem desnacionalizações, onde há transferência de empresas nacionais à administração de outros países que a adquiriram.

Em outras palavras, com a nova onda de modernidade aliada com a concepção liberal de abertura integral dos mercados e das finanças, bem como de totais desregulamentações e a dita falência do Estado, não há soberania nacional e a busca, em outros tempos, pela formação dos Estados Nacionais, nos remete a pensamentos mais retrógrados e rústicos, em que as conquistas eram emanadas no imperialismo, com a diferenciação de que hoje, nos tempos dito modernos, essa conquista não ocorre de meio braçal e armamentista e sim pela informação – assimétrica – e pelos mecanismos que garantem a monopolização da não inclusão.

Por que os países dominantes fazem questão de ignorar seus processos industrializantes e de desenvolvimento e “recomendam” – na verdade impoem – políticas que fazem gerar uma queda dos níveis de crescimento dos periféricos e um crescente, conseqüentemente, descontentamento da comunidade mundial? É sabido que todo homem que detém o poder tende a abusar deste. Nesse abuso, há tendência à perpetuação das elites detentoras. O sistema capitalista favorece a apropriação. É tão contraditório que seus dogmas não poderiam se difundir completamente se não houvesse a socialização do sistema trabalho. Mas atualmente o que é priorizado é a política do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”.

(...) a contradição fundamental da sociedade capitalista – o fato de que enquanto a produção em si é cada vez mais socializada, o resultado do trabalho coletivo, a apropriação, é privada, individual; O trabalho cria, o capital se apropria (HUBERMAN, 1981, pág. 207)

## Conclusão

Os periféricos deveriam entender e aceitar que suas condições estruturais e de organização estão em outro patamar em relação aos já desenvolvidos. Aplicar as ditas políticas “ruins” poderia alocar novas vantagens promissoras para o crescimento e futuro desenvolvimento. Os ideais desenvolvimentistas, que atuaram outrora, foi uma conquista tipicamente nacional dos que os aplicaram. Apesar de não ter havido justas distribuições de renda, o crescimento ocorreu, necessitando apenas de canalizações para uma distribuição igualitária. É preciso fazer frente a toda essa suposta modernidade e inserir o poder público em harmonia com a economia. Devem ser considerados os diferentes níveis de cada nação e não simplesmente relegar às normas internacionais os âmbitos políticos, econômicos e sociais. Os Estados nacionais são uma conquista que não devem vir abaixo com a múltipla internacionalização. A substituição do investimento especulativo ao investimento produtivo, sob a égide do governo, tem de ser pautado. Projetos nacionais de desenvolvimento precisam emergir.

Já que o sistema é de livre mercado, porque não remanejar novos formatos de se produzir, distribuir, consumir.

Por isso, a perspectiva histórica nos mostra, os processos de industrialização e desenvolvimento no modelo capitalista são um processo inacabado. Primeiro porque o dogmatismo assumido na postura capitalista se contradiz frequentemente quando introduz o setor público para regular eventuais falhas do mercado. Segundo porque os desenvolvidos continuarão ditando a ordem da forma que lhes for mais conveniente, relegando a segundo plano o acesso dos países pobres. Terceiro, talvez o mais importante, é a característica aventureira do capital e suas facetas que podem percorrer o mundo sem subordinação, mutando-se periodicamente, desvinculando-se de qualquer origem nacional. Em função de tal, não consigo enxergar em tudo isso qualquer aceno positivo da “mão invisível”.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington – A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-americanos**. 1994

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Paulo Nogueira Batista Jr. (1955)**. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L.F.L; REGO, J.M. (Org.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: 34, 1996. p. 341-368

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21 (1), abril 1991: 3-23. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>> Acesso em 06 nov. 2010

CHANG, Ha Joon. **Chutando a Escada – A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Unesp, 2004

DANTAS, Gilson. **O Setor Bélico Norte-americano em sua Condição de Estímulo Econômico: Algumas Notas para um Debate Contemporâneo**. 2005

FIORI, José Luis. **Globalização, Hegemonia e Império**. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro – Uma Economia Política da Globalização*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 87-147

\_\_\_\_\_. **Estados, Moedas e Desenvolvimento**. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 49-85

GUIMARÃES, Maria Helena. **Economia política do comércio internacional: teorias e ilustrações**. Cascais : Principia, 2005

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo, Círculo do Livro, 1996

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processos de Industrialização – Do Capitalismo Originário ao Atrasado**. São Paulo: Unesp, 2002

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Investigação Sobre a Natureza e suas Causas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996

TAVARES, Maria da Conceição. **A Retomada da Hegemonia Norte-americana**. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). Poder e Dinheiro – Uma Economia Política da Globalização. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27-53

\_\_\_\_\_; MELIN, Luiz Eduardo. **A Reafirmação da Hegemonia Norte-americana**. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). Poder e Dinheiro – Uma Economia Política da Globalização. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-86

\_\_\_\_\_; **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001

TEIXEIRA, Aloisio. **Estados Unidos: A “Curta Marcha” para a Hegemonia**. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155-190